

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA FUNDAÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE SOROCABA – Nº 18/2026, DE 25/09/2026 – PREVIDÊNCIA –

Aos vinte e cinco do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, com início às quatorze horas e 30 minutos, realizou-se a reunião ordinária do Comitê de Investimentos da FUNSERV através da Plataforma Online "Google Meet". SEÇÃO I: FASE DE EXPEDIENTE (Art. 8º da Resolução FUNSERV 05/2024): A) Verificação do quórum: a Sra. Cilsa verificou que havia quórum para início da reunião, estando presentes também os seguintes membros titulares: Sra. Amanda Cristina Nunes Schiavi, Sr. Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira, Sr. Marco Antônio Leite Massari. A Sra. Cilsa informou que, em atendimento à solicitação do Conselho Administrativo, com o objetivo de promover maior aproximação entre o Conselho e o Comitê de Investimentos, bem como proporcionar melhor compreensão das demandas e atividades desenvolvidas pelo Comitê, participaram da reunião os Conselheiros Pedro de Oliveira Rosa, Paulo de Tarso Cesar da Silva e Francine Casare. Verificado o quórum, após saudação inicial, realizou a abertura dos trabalhos. SEÇÃO II: APRECIÇÃO E DISCUSSÃO DOS ASSUNTOS TRATADOS (Art. 8º da Resolução Funserv nº 05/2024). **ITEM 1 – APRESENTAÇÃO DO FUNDO VINCI CRÉDITO INFRA INSTITUCIONAL INCENTIVADO IF INFRA RF RL 45.912.178/0001-47:** Na sequência, a Sra. Cilsa informou que, para a presente reunião, estariam presentes representantes da Gestora Vinci, sendo eles o Sr. Eduardo Augusto, o Sr. Phillip Medley, o Sr. Marcelo Almeida e o Sr. Marcelo Rabbat. Após uma breve apresentação dos representantes, deu-se início à apresentação do fundo. A equipe da Vinci apresentou o Vinci Crédito FI-Infra Institucional, constituído em novembro de 2022, destacando tratar-se de fundo de investimento em infraestrutura, com estratégia voltada predominantemente à aquisição de debêntures incentivadas de projetos de infraestrutura. Foi informado que o fundo possui patrimônio líquido aproximado de R\$ 1,17 bilhão, distribuído em 26 ativos, sendo a gestão realizada pela Vinci Gestora de Recursos Ltda., com o Banco BTG Pactual na função de administrador e custodiante. Informou-se, ainda, que o fundo possui prazo de 15 anos, com encerramento previsto para novembro de 2037, e classificação de risco AA, conforme apresentado pela equipe da gestora. Quanto à composição da carteira, os representantes informaram que os investimentos se encontram distribuídos entre diferentes segmentos de infraestrutura, com predominância no setor de geração solar, correspondente a aproximadamente 62% da carteira, seguido pelos segmentos de geração eólica, saneamento, valorização de resíduos, transmissão, mobilidade urbana e energia elétrica. Foi ressaltada a diversificação da carteira entre diferentes projetos e emissores, cujos ativos apresentam, em sua maioria, classificações de risco entre A- e AAA. A equipe destacou, ainda, a existência de diferentes mecanismos de garantia vinculados às operações, incluindo alienação fiduciária ou penhor de ações e equipamentos, cessão fiduciária de receitas e direitos, fianças e outras garantias fidejussórias, além de contas de reserva e contas vinculadas aos respectivos projetos. Em relação ao desempenho e à estratégia de retorno, foi informado que a carteira apresenta taxa média aproximada de IPCA + 9,6% ao ano, enquanto a estratégia do fundo busca proporcionar retorno líquido estimado na faixa de IPCA + 9,0% a 9,5% ao ano. A equipe ressaltou que a estratégia está direcionada a investimentos de longo prazo no setor de infraestrutura, buscando combinar remuneração real, diversificação dos projetos e análise dos riscos de crédito associados aos emissores e às operações. Na oportunidade, foram apresentadas também informações relativas à base de investidores e clientes do fundo, tendo sido mencionada a participação de instituições como BNDES, Banco do Nordeste (BNB), CAF, entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e a própria

Vinci, além de futuras captações previstas. Foi destacado que a presença de investidores institucionais integra a estrutura de captação apresentada para o fundo. A equipe da Vinci apresentou, ainda, informações acerca do pipeline de novos investimentos em análise e estruturação, contemplando projetos nos segmentos de geração solar, geração eólica, geração hídrica, transmissão de energia e saneamento. Foi esclarecido que as oportunidades apresentadas integram o pipeline indicativo do fundo, estando eventual inclusão na carteira condicionada à conclusão das análises pertinentes e às condições específicas de cada operação. Após o encerramento da apresentação e da participação dos representantes da gestora na reunião, os membros do Comitê de Investimentos passaram a analisar as características do ativo e sua possível contribuição para a carteira da FUNSERV. Durante a discussão, foram destacados aspectos considerados positivos em relação ao investimento, especialmente por sua classificação no segmento de Renda Fixa, o que, conforme as características apresentadas, proporcionaria uma exposição compatível com a estratégia de menor volatilidade e risco em relação a outras classes de ativos. Foi ressaltada, ainda, a qualidade e a segurança dos ativos integrantes da carteira, bem como a diversificação proporcionada pelo investimento, considerando a exposição a diferentes projetos e segmentos de infraestrutura. Os membros também observaram que se trata de uma alternativa de longo prazo, com perspectiva de rentabilidade real próxima àquela proporcionada por títulos públicos indexados à inflação, conforme as informações apresentadas pela gestora. Após as discussões, o Comitê de Investimentos deliberou 1% do valor do Patrimônio Líquido na carteira da Funserv, pelo encaminhamento das informações apresentadas ao Conselho Administrativo, para conhecimento e apreciação na reunião prevista para o dia 30 de setembro. Foi deliberado, ainda, o encaminhamento da proposta para análise quanto à possibilidade de credenciamento do referido fundo junto à FUNSERV, observados os requisitos e procedimentos aplicáveis à instituição.

ITEM 2 - AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DAS APLICAÇÕES NO MÊS DE AGOSTO/2026: A Sra. Cilsa apresentou o resultado da rentabilidade total da carteira de agosto de 2026. Esclareceu que o saldo total da carteira, ao final do mês, era de R\$3.022.060.284,68, sem saldo de disponibilidade financeira. Quanto aos recursos previdenciários, o saldo total foi de R\$3.003.055.000,26, com retorno de R\$ 29.400.344,80, representando 0,96% de retorno mensal, acima da meta atuarial de 0,14%. O retorno anual está em 8,06%, acima da meta acumulada de 6,89%. Informou ainda que, em função do previsto na Lei Municipal nº 12.656, de 29/09/2022, parte deste recurso integra a Reserva Administrativa, a qual deve ter seu controle segregado. Nesta, o saldo final era de R\$19.005.284,42, com retorno mensal de R\$207.161,22, retorno acima da meta atuarial. A Lei nº 12.852/2023, de autoria do Executivo e aprovada pela Câmara Municipal de Sorocaba, dispõe sobre a nova estrutura de gestão dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos do município, administrado pela Funserv. Em julho de 2023, ambos os fundos apresentavam patrimônio equivalente de R\$ 1.235.770.927,26, refletindo o início da nova estrutura prevista na legislação. Já em dezembro de 2024, o Fundo de Reserva apresentou crescimento de R\$ 1.718.836.421,10, enquanto o Fundo Previdenciário registrou R\$ 941.762.802,20. Na posição de dezembro de 2025, o Fundo de Reserva alcançou R\$ 1.951.681.415,97 e o Fundo Previdenciário totalizou R\$912.136.341,98. Por fim, em agosto de 2026, o Fundo de Reserva atingiu o montante de R\$2.099.568.387,54, enquanto o Fundo Previdenciário apresentou saldo de R\$ 882.397.855,31. Os dados demonstram o fortalecimento gradual do Fundo de Reserva, em consonância com o objetivo estabelecido pela Lei nº 12.852/2023 de constituição de reserva técnica voltada à sustentabilidade e ao equilíbrio atuarial do RPPS municipal. Na análise, por segmento, esclareceu que o volume de recursos aplicados em renda fixa, ao final do mês, era de R\$2.066.025.290,35 e, neste segmento, houve retorno positivo de R\$13.852.106,90 o que representou retorno mensal de 0,67%, no mesmo período, o CDI teve retorno de 1,09%, o IPCA de -0,32%. Em seguida, apresentou os dados do segmento de renda variável, o total de recursos alocados neste segmento era de R\$800.050.427,75 e,



no mês em análise, teve retorno de R\$9.434.939,95 que representou retorno mensal de 1,19%. Apresentou uma tabela contendo todos os fundos enquadrados neste segmento e o resultado de cada um deles: Ibovespa -0,33%, S&P500 2,62% e IFIX -1,46%. No segmento de investimento no exterior, o saldo ao final do mês era de R\$ 155.984.566,58 com retorno de R\$6.320.459,17, o que corresponde ao retorno mensal de 4,22%. Para efeito de comparativo com o mercado global, o índice Global BDRX teve retorno de 6,04%, e o MSCI World em 4,58. Em agosto de 2026, a Renda Fixa manteve desempenho favorecido pelo elevado nível da Selic e pela valorização dos títulos indexados à inflação, com os índices de longo prazo atrelados ao IPCA entre os destaques do mês. A Renda Variável apresentou maior volatilidade, refletindo a saída de capital estrangeiro, as incertezas fiscais e geopolíticas e a manutenção dos juros em patamar elevado, fatores que limitaram a valorização das ações brasileiras. No Exterior, o desempenho foi influenciado principalmente pela valorização do dólar frente ao real, que encerrou agosto com alta de 2,22%, além das oscilações dos mercados internacionais decorrentes das tensões geopolíticas e das expectativas para os juros norte-americanos. Assim, o comportamento dos três segmentos esteve diretamente relacionado ao ambiente de juros elevados no Brasil, à desaceleração da inflação e à elevada percepção de risco nos mercados doméstico e internacional. Em síntese, o resultado de agosto evidencia a predominância da Renda Fixa como principal beneficiária do cenário doméstico, enquanto Renda Variável e Exterior ficaram mais expostos à volatilidade, ao fluxo de capitais e às incertezas externas. Ressalta-se, por fim, que todas as informações apresentadas nesta reunião constam igualmente no Parecer deste Comitê.

ITEM 3 – ELABORAÇÃO DO PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTO: A sra. Cilsa apresentou a análise do cenário econômico atual, destacando que a taxa Selic foi reduzida para 13,75% ao ano, marcando o início do ciclo gradual de flexibilização monetária. No que se refere à inflação, o IPCA de julho registrou -0,32%, enquanto as novas projeções do Boletim Focus atualizadas no relatório estimam o índice em 4,90% para 2026, 4,3% para 2027 e 3,80% para 2028. Quanto à trajetória de juros, o mercado projeta a Selic em 13,75% até o fim de 2026, 12,00% em 2027 e 10,50% em 2028. Assim, o comportamento dos segmentos no período pode ser compreendido pela predominância de um ambiente ainda favorável à Renda Fixa, enquanto Renda Variável e Exterior permanecem condicionados à volatilidade dos mercados, à trajetória dos juros globais e ao câmbio.

ITEM 4 – CENÁRIO ECONÔMICO DE AGOSTO: A Sra. Cilsa apresentou a análise do cenário econômico referente ao mês de setembro de 2026, iniciando pela conjuntura internacional, a qual destacou a divergência entre as políticas monetárias das principais economias, com os Estados Unidos adotando uma postura mais restritiva diante da persistência inflacionária e das tensões geopolíticas. Nesse contexto, ressaltou que o Federal Reserve elevou a taxa de juros para o intervalo de 3,75% a 4,00% ao ano, configurando o primeiro movimento de alta em três anos, enquanto o ambiente externo permanece marcado por incertezas e maior volatilidade. No cenário doméstico, a Sra. Cilsa destacou a continuidade do processo de desinflação, evidenciada pelo IPCA de agosto, que registrou variação negativa de -0,32%, a menor leitura em 48 meses, contribuindo para a redução da inflação acumulada. Ressaltou ainda que a queda de 7,63% nos preços da energia elétrica residencial constituiu importante vetor para o resultado deflacionário do período, enquanto o mercado de trabalho permaneceu resiliente, com a taxa de desemprego recuando para 5,3%, apesar dos sinais de moderação da atividade econômica. Relativamente à política monetária, enfatizou a continuidade do ciclo de flexibilização conduzido pelo Copom, com o quinto corte consecutivo de 0,25 ponto percentual, levando a taxa Selic para 13,75% ao ano, em um movimento associado à desaceleração da inflação e à moderação da atividade econômica. Quanto às expectativas de mercado apresentadas, informou que as projeções para 2026 apontam para IPCA de 4,90%, manutenção da Selic em 13,75% ao ano e câmbio projetado em aproximadamente R\$ 5,20. Por fim, a Sra. Cilsa concluiu sua explanação ressaltando a existência de uma trajetória distinta entre Brasil e Estados Unidos, com o Brasil avançando

no processo de flexibilização monetária enquanto o Federal Reserve sinaliza maior restrição, cenário que recomenda atenção à diversificação dos investimentos, à dinâmica dos juros e ao comportamento do câmbio, de modo a adequar a estratégia de alocação às condições econômicas e às perspectivas dos mercados financeiro e de capitais. **ITEM 5 - MIGRAÇÃO DOS FUNDOS UTILIZADOS COMO FLUXO DE CAIXA:** A Sra. Cilsa informou que, após a FUNSERV ter alcançado o Nível III do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social – Pró-Gestão RPPS, passou a existir a possibilidade de avaliação e adequação dos fundos utilizados para o fluxo de caixa da Fundação, considerando as alternativas de investimento compatíveis com o novo nível de certificação e com as necessidades de liquidez da instituição. Nesse contexto, foi apresentada aos membros a proposta de alteração dos fundos atualmente utilizados para o fluxo de caixa, mediante a substituição de fundos de renda fixa concentrados em títulos públicos por alternativas de renda fixa disponíveis no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal. No Banco do Brasil, foi apresentada a possibilidade de substituição do fundo BB Títulos Públicos Resp. Limitada FIF Renda Fixa, CNPJ nº 11.046.645/0001-81, pelo BB Renda Fixa LP Corporate Bancos, CNPJ nº 18.060.364/0001-22. Foi informado que o novo fundo é classificado como Renda Fixa – Duração Baixa – Grau de Investimento, com estratégia voltada à aplicação em ativos de renda fixa de emissores públicos e privados, incluindo instituições financeiras, possibilitando maior diversificação dos emissores em relação ao fundo anteriormente utilizado. Na Caixa Econômica Federal, foi apresentada a substituição do fundo CAIXA Brasil Títulos Públicos Resp. Limitada FIF Renda Fixa, CNPJ nº 05.164.356/0001-84, pelo CAIXA FIC FIF TOP Private RF Ref. DI Longo Prazo – Resp. Ltda., CNPJ nº 19.769.018/0001-80. Foi esclarecido que o novo produto possui estrutura de Fundo de Investimento em Cotas – FIC, com estratégia voltada à aplicação em cotas de fundos de renda fixa, buscando acompanhar a variação das taxas de juros de curto prazo. A Sra. Cilsa destacou que a alteração proposta busca otimizar a alocação dos recursos destinados ao fluxo de caixa, mantendo a característica de investimento em renda fixa e a necessidade de liquidez da Fundação, mas ampliando as possibilidades de composição das carteiras. Nesse sentido, a diversificação entre títulos públicos, ativos de crédito privado e instrumentos de renda fixa pós-fixados, no caso do fundo do Banco do Brasil, bem como a estrutura diversificada do fundo da Caixa Econômica Federal, poderá proporcionar melhores condições de rentabilidade, quando comparadas às alternativas anteriormente utilizadas, observadas as condições de mercado e os riscos inerentes a cada produto. Os membros deliberaram para a apreciação do Conselho Administrativo. **ITEM 6 – ALTERAÇÃO DA ALOCAÇÃO ESTRATÉGICA NA POLÍTICA DE INVESTIMENTO VIGENTE:** A Sra. Cilsa informou que, com a FUNSERV passando a integrar o Nível III do Pró-Gestão RPPS, torna-se necessária a revisão das alocações estratégicas, considerando as novas possibilidades de diversificação e o cenário atual do mercado financeiro. Nesse contexto, em razão das alterações previstas nos fundos utilizados para o fluxo de caixa, foi apresentada a possibilidade de migração de recursos do Art. 7º, inciso I, para o Art. 7º, inciso V, bem como a inclusão de alocação estratégica no Art. 7º, inciso VIII, destinada a Fundos de Debêntures de Infraestrutura. Na comparação entre a Estratégia III vigente e a proposta, destacam-se a redução de 8% para 0% em Fundos/ETF de Renda Fixa 100% Títulos Públicos e de 50% para 48% em Títulos do Tesouro Nacional – mercado secundário, além do aumento de 12% para 23% em Fundos/ETF de Renda Fixa – demais e da inclusão de 1% em Fundos de Debêntures de Infraestrutura. Também foram apresentadas alterações nas demais classes, incluindo aumento de Fundos Multimercado de 6% para 8%, inclusão de 1% em FII – oferta primária/pré-IPO, redução dos investimentos no exterior e dos Empréstimos Consignados de 5% para 0,50%. **ITEM 07 – ASSUNTOS GERAIS:** Nada mais havendo a ser tratado, eu, Cilsa, encerrei a reunião, referente aos recursos previdenciários, às quinze horas cinquenta minutos, lavro a presente ata que segue ao conhecimento, aprovação e assinatura dos presentes, conforme previsto na Resolução FUNSERV nº 05/2024.

Amanda Cristina Nunes Schiavi
Membro Comitê de Investimentos

Gilmar Ezequiel de Souza Oliveira
Membro Comitê de Investimentos

Marco Antônio Leite Massari
Membro Comitê de Investimentos

Cilsa Regina Guedes Silva
Gestora de Recursos do RPPS